

COMUNICAÇÃO

DIGITAL DE CIRCULAÇÃO INTERNA



JORNALISTAS FORMADOS SOBRE MINERAÇÃO

CONFIRA AINDA NESSA EDIÇÃO

- O Rosto da Casa: Kimba Baptista, Director da Geoangol
- Angola tem Lei de Combate à Actividade Mineira Ilegal



Técnicos beneficiam de formação sobre laboratórios de apoio ao Sector

Segundo workshop sobre impacto da actividade laboratorial no desenvolvimento do Sector Mineiro de Hidrocarbonetos aconteceu no ISPTEC.



Muhatu participam no workshop sobre potencial em finanças

Muhatu, significa mulher na língua nacional kimbundu. No nosso Sector, Muhatu é uma rede de mulheres ligadas ao petróleo e gás.



MIREMPET E AJECO REFORÇAM CONHECIMENTOS DE JORNALISTAS ECONÓMICOS

A acção de formação visou a actualização de conhecimentos e de fundamentos básicos sobre a mineração e políticas públicas, funcionamento das empresas de exploração mineira e o papel da concessionária dos direitos mineiros.



MIREMPET E AJECO REFORÇAM CONHECIMENTOS DE JORNALISTAS ECONÓMICOS

"Descodificar a linguagem do Sector Mineiro para melhor comunicar" foi o lema do seminário para jornalistas económicos sobre o domínio da mineração, realizado a 9 de Maio, no MIREMPET.

A acção de formação visou a actualização de conhecimentos e de fundamentos básicos sobre a mineração e políticas públicas, funcionamento das empresas de exploração mineira e o papel da concessionária dos direitos mineiros.

Ao proceder a abertura do workshop, o Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Corrêa Vítor, em representação do Ministro Diamantino Azevedo, disse que "é objectivo do Sector que os profissionais da comunicação social, analistas e comentadores nos media tratem com maior profundidade as matérias da área mineira nas suas peças jornalísticas", considerando também que "um dos grandes desafios, hoje, assenta na transparência do trabalho e na maneira como são apresentadas e divulgadas as ideias".

Para o Presidente da Associação de Jornalistas Económicos de Angola (AJECO), João Joaquim, a acção do MIREMPET facilita o fornecimento de informações que possibilitam os jornalistas tratarem as suas matérias de forma mais assertiva, destacando que "o Ministério tem tido uma postura que facilita a actividade dos jornalistas, sobretudo, no conhecimento da realidade das empresas e demais Serviços Superintendidos".





“Tivemos a oportunidade de ter acções de formação com a ANPG, a Endiama e a Sonangol, que têm sido parceiros na capacitação de jornalistas. Tudo isso demonstra que o Sector está preocupado com o domínio que os jornalistas devem ter para uma melhor comunicação com o público-alvo”, referiu.

O Workshop foi promovido pelo MIREMPET, em colaboração com a AJECO, e contou com a participação do Secretário de Estado para o Petróleo e Gás, José Barroso, do PCA da ANRM, Directores do MIREMPET, representantes dos gabinetes de comunicação dos Serviços Superintendidos e representantes das áreas de comunicação da Polícia Nacional, Governo da Província de Luanda e do Serviço de Investigação Criminal.

SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO
PARA JORNALISTAS ECONÓMICOS E PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO NO DOMÍNIO DA MINERAÇÃO

Actualização de conhecimentos e de fundamentos básicos sobre o Sector da Mineração e das políticas públicas, funcionamento das empresas de exploração mineira e o papel da concessionária dos direitos mineiros

09 DE MAIO DE 2024 | DAS 08H00 ÀS 13H00
AUDITÓRIO ALBINA ASSIS - EDIFÍCIO DO MIREMPET - LUANDA

Participe

GOVERNO DE ANGOLA | mirempet.gov.ao | PARCERIA | AJECO Associação de Jornalistas Económicos de Angola

SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO
PARA JORNALISTAS ECONÓMICOS E PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO NO DOMÍNIO DA MINERAÇÃO

LEMA:
"DESCODIFICAR A LINGUAGEM DA MINERAÇÃO"

OBJECTIVO:
ACTUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS E DE FUNDAMENTOS BÁSICOS SOBRE O SECTOR DA MINERAÇÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS DE EXPLORAÇÃO MINEIRA E O PAPEL DA CONCESSIONÁRIA DOS DIREITOS MINEIROS

09 DE MAIO DE 2024



TÉCNICOS DE LABORATÓRIO BENEFICIAM DE FORMAÇÃO

O segundo workshop sobre impacto da actividade laboratorial, no desenvolvimento do sector realizou-se, a 3 de Maio, no Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC).

No evento, organizado pelo MIREMPET, em colaboração com o ISPTEC, foi apresentada a brochura de mapeamento dos laboratórios no Sector.

O Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Corrêa Vítor, procedeu a abertura do certamente. Na ocasião, disse que a iniciativa visa compreender a relevância dos laboratórios na prestação de serviços de apoio à indústria e à economia.

"Em 2021, organizámos o primeiro workshop sobre o tema. Voltámos a esta iniciativa para compreendemos a relevância deste segmento na prestação de serviços para o apoio à indústria e à economia do nosso país. Os laboratórios jogam um papel fundamental na cadeia produtiva, fornecendo análises precisas e confiáveis que garantem a qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelo sector", frisou o governante.

Jânio Vítor realçou também o papel dos laboratórios na formação e qualificação dos quadros, bem como no apoio à pesquisa e desenvolvimento de novos métodos para melhorar a eficiência e a sustentabilidade nas operações mineiras e petrolíferas, destacando que, "ao garantir a qualidade dos serviços e produtos, os mesmos desempenham um papel crucial na construção da confiança dos investidores e na sustentabilidade da indústria".

O Secretário de Estado considerou que um dos grandes desafios, prende-se com o contínuo processo de potencialização, certificação e acreditação dos laboratórios, de forma a agregar valor aos serviços prestados, reduzir cada vez mais a dependência externa e tornar as empresas que prestam este tipo de serviços mais competitivas.

Aos presentes, o governante apelou à participação activa no Workshop e partilha das experiências, com vista a impulsionar a indústria para novos patamares de excelência nacional e internacional.





Muhatu, significa mulher na língua nacional kimbundu. No nosso Sector, Muhatu é uma rede de mulheres ligadas ao petróleo e gás.

No dia 26 de Abril, aconteceu, em Luanda, o workshop “Level Up” (Elevando o potencial feminino em finanças) que forneceu ferramentas sobre o crescimento pessoal e profissional nas áreas de saúde e bem-estar.

O evento promovido pela ANPG serviu para elucidar as participantes sobre como administrar os rendimentos financeiros e utilizar o seu potencial para o crescimento pessoal. Na ocasião, Neuza Pinto, uma das palestrantes, falou sobre a crença de que as mulheres fazem muitos gastos.

MUHATU ELEVA CONHECIMENTOS EM FINANÇAS

De acordo com esta empreendedora, em relação ao consumismo, existem lacunas muito fortes do ponto de vista emocional ligadas a crenças “de não merecimento”.

“As mulheres devem perceber que não precisam de dominar a matemática ou física para cuidarem bem do seu dinheiro. Elas podem ter lazer, ir às compras, serem organizadas e prosperarem financeiramente”, considerou.

Deise Vilarinho, representante das Muhatu no MIREMPET, disse que “a formação foi uma oportunidade para ganhar habilidades para o engrandecimento e fortalecimento de competências que fazem toda a diferença para a produtividade e bem-estar”.



ANGOLA TEM NOVA LEI DE COMBATE À ACTIVIDADE MINEIRA ILEGAL

A Assembleia Nacional aprovou, a 25 de Abril de 2024, a Lei de Combate à Actividade Mineira Ilegal. O normativo tem por objectivo criminalizar condutas que se traduzem em actividade mineira ilegal relativa aos minerais estratégicos e crimes conexos, definidos na legislação em vigor, para efeito de responsabilização penal do respectivo infractor, bem como a instrução de mecanismos céleres de declaração da perda, a favor do Estado, dos instrumentos, produtos e vantagens do crime.

A Lei abrange toda a actividade mineira realizada em Angola e aplica-se a todas as pessoas singulares ou colectivas que pratiquem tais crimes. No âmbito da penalização, decreta a punição com a pena mínima de 1 ano e a máxima de 8 anos.



LIVRO SOBRE DIREITO MINEIRO APRESENTADO NO MIREMPET

Trata-se de uma obra que faz uma análise crítica de toda a legislação mineira existente em Angola, assim como uma comparação com instrumentos legais, ligados à mineração de outros países e territórios.

A cerimónia de apresentação foi orientada pelo Secretário de Estado Jânio Corrêa Victor que considerou que a obra pode ser usada para a compreensão e o desenvolvimento do sector mineiro angolano.

"É um livro com uma visão ampla e actualizada com o quadro jurídico que rege a exploração e produção dos nossos valiosos recursos".

Eduardo Simba, autor do livro "Direito Mineiro", reconheceu o apoio do MIREMPET que tornou possível a sua publicação e integrar a lista de materiais de apoio para os estudantes e profissionais de Direito, Engenharia de Minas, Geologia, Economia Mineira e ciências afins".

O acto de apresentação do livro ficou marcado, ainda, com a realização de uma mesa-redonda sobre "O Direito, a Actividade Mineira e a sua Importância Económica e Social" e sessão de autógrafos.





PARLAMENTO APROVA LEI DO COMBATE AO CONTRABANDO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS

A Assembleia Nacional aprovou, a 23 de Abril de 2024, a Lei nº 5/24, do Combate ao Contrabando de Produtos Petrolíferos.

A mesma tem por objectivo a criminalização de condutas de contrabando de produtos petrolíferos e crimes conexos, para efeito de responsabilização penal dos respectivos infratores, bem como a instrução de mecanismos céleres de declaração da perda, a favor do Estado, dos instrumentos, produtos e vantagens do crime.

O normativo abrange o contrabando de quaisquer produtos petrolíferos que ocorram em território nacional e aplica-se a todas as pessoas singulares e colectivas que pratiquem crimes previstos na Lei em vigência.

No âmbito da penalização, a referida Lei decreta a punição com a pena mínima de 3 anos e a máxima de 12 anos de prisão, se: importar ou exportar para o território nacional produtos petrolíferos; transportar, ocultar ou subtrair do controlo e acção fiscalizadora das autoridades competentes para fins de importação e exportação.

O regulamento é aprovado tendo em conta que a República de Angola ratificou a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, que recomenda a definição de um sistema otimizando de prevenção e combate à criminalidade grave e complexa, em reforço da segurança nacional e da segurança do sistema financeiro, económico e social internacional.





PRIMEIRO TRIMESTRE 2024 CONSOME 769 MILHÕES DÓLARES AMERICANOS

O Director Geral do IRDP, Luís Fernandes, apresentou, a 29 de Abril, nas suas instalações, o balanço das actividades no segmento dos derivados de petróleo, realizadas no 1º Trimestre de 2024, em que foram gastos cerca de 769 milhões de dólares americanos.

O responsável do IRDP, adiantou que no período em referência foram adquiridas para a comercialização 1 230 623 Toneladas métricas de combustíveis líquidos, das quais cerca de 51,3% corresponde ao gasóleo, 35,5% a gasolina 7,7% , fuel oil 4,5%, Jet A1, petróleo iluminante 0,7% e o restante 0,3% betume asfáltico.

Quanto à origem das aquisições dos combustíveis líquidos, 26,7% foram provenientes da Refinaria de Luanda, 0,2% da Cabgoc-Topping de Cabinda e 73,1% da Importação, com a qual foram gastos cerca de 769 milhões de Dólares Americanos.

As quantidades adquiridas representaram uma redução de aproximadamente 21% em relação ao trimestre anterior. O país contou com uma capacidade instalada de armazenagem de combustíveis líquidos, em terra, de 675 968 m³.

No final do trimestre foi registada a existência de 1 165 postos de abastecimento, dos quais 900 em estado operacional.

Em termos de quota de mercado em volume de vendas, a Sonangol mantém a liderança com 63,9%, seguida pela Pumangol com 20,8%, a Total Energies Marketing Angola com 7,1%, a Sonangalp com 7,0% e a Etu Energias com 1,2%.

Para os combustíveis gasosos, o responsável informou que durante o período em análise foram introduzidas no mercado interno cerca de 114 218 TM de gás de cozinha (LGP), das quais, 60% proveniente da Fábrica Angola LNG, 32% do Sanha, 6% da Refinaria de Luanda e 2% do Topping de Cabinda.

Em relação ao trimestre anterior, registou-se um aumento de aproximadamente 15% na aquisição de LPG para o mercado interno. Neste segmento, o país contou com uma capacidade instalada de armazenagem, em terra, de 11 727 TM.

Em relação às vendas, o registo é de um total de 101 238 TM, o que representou uma redução de 18% em relação ao trimestre anterior.

Neste segmento a Sonangol Gás e Energias Renováveis liderou as vendas do mercado com uma quota de 75,2%, seguida pela Saigás com 12,4%, a Progás com 6,3%, a Gastém com 4,7% e a Canhongo Gás com 1,4%.

A Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) foi criada em 2003, para promover e apoiar a implementação de uma melhor governação e transparência em países ricos em recursos minerais, através da divulgação integral dos pagamentos efectuados pelas empresas e das receitas governamentais da indústria extractiva.

Neste sentido, a Iniciativa define-se como um compromisso voluntário de um conjunto de entidades, nomeadamente empresas extractivas nacionais e internacionais, sociedade civil, investidores, parceiros e, a nível nacional, departamentos ministeriais, reguladores, associações, entre outras entidades envolvidas indirectamente.

Em Junho de 2022, Angola aderiu à ITIE, tendo sido nomeado o Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, para o papel de Presidente do Comité Nacional de Coordenação da ITIE (CNC da ITIE).

Depois da aceitação de Angola na ITIE, em 2023, o País apresentou, assim, o seu 1.º Relatório da ITIE, com referência ao ano fiscal de 2021.

Angola, ao aderir à ITIE demonstrou, não só, o empenho em impulsionar a divulgação transparente no sector e estimular o desenvolvimento económico do País, através das reformas associadas à indústria extractiva, como também potenciar os esforços no que concerne à política anticorrupção, com o intuito de suportar a sua estratégia de prevenção e combate à corrupção, apresentada durante o ano de 2023.

No âmbito da análise preliminar desenvolvida e decorrente das primeiras sessões de apresentação e enquadramento, entre o Administrador Independente, Secretariado Nacional da ITIE e entidades/instituições envolvidas, foram identificadas limitações legais, no âmbito do processo de recolha de informação.

Tais limitações decorreram da legislação em vigor no País, nomeadamente, artigo 86.º, da Lei n.º 21/14, de 22 de Outubro – Aprova o Código Geral Tributário, o n.º 4 do artigo 6.º, da Lei 13/04, de 24 de Dezembro - Regime fiscal aplicável ao sector petrolífero e artigo 11.º, da Lei n.º 3/11, de 14 de Janeiro – Lei do 10 Sistema Estatístico Nacional de Angola, que prevêm o impedimento da divulgação de informação fiscal e não fiscal, desagregada por contribuinte, sendo impedida a sua partilha com outras entidades e/ou divulgação pública. Neste sentido, decorreram sessões com o CNC da ITIE e demais entidades envolvidas, tendo-se considerado a inviabilidade de partilhar os dados desagregados para o presente Relatório.

O impedimento legislativo identificado, constituiu um impacto directo na divulgação dos dados financeiros.

Da realização das sessões entre as partes anteriormente mencionadas e o Secretariado Internacional da ITIE, em articulação com o Administrador Independente, foram definidas três vias alternativas, que posteriormente foram analisadas e discutidas pelo CNC da ITIE de Angola, que aprovou a divulgação do 1.º Relatório da ITIE sem reconciliação, referente ao exercício fiscal de 2021.

De acordo com a decisão aprovada para o presente Relatório, o CNC da ITIE concordou que não seria efectuada a definição de materialidade, o que conduziu a uma abordagem abrangente, no que concerne à informação disponibilizada dos dados.

Desta forma, os dados foram recolhidos de acordo com as seguintes fontes identificadas:

1 MINFIN, 2 MIREMPET, 3 ANPG (enquadramento na secção 6.1.2), 4 ANRM (enquadramento na secção 6.2.2) 5 Restantes entidades referidas na secção 3.3 Documentos de apoio 1 CGE 2 Relatório e Contas da ANPG 3 Relatório e Contas de Empresas Públicas (Sonangol E.P., Endiama E.P. e SODIAM E.P. - enquadramento nas secções 6.1.3 e 6.2.3) 4 Outras publicações e contributos de outros parceiros.

Adicionalmente, foi criado um Grupo Técnico de Trabalho, liderado pelo MIREMPET, com o intuito de definir um plano de acção para a divulgação de informação sobre as receitas de forma desagregada por contribuinte/projecto, em relatórios futuros (ver secção 4.2 para mais informação sobre os trabalhos a decorrer).

Para efeitos do Relatório da ITIE e considerando que existe uma forte variação do preço da moeda angolana (AKZ) em relação ao Dólar americano (USD), e que, esta última é considerada em transacções e reportes de informação na indústria extractiva, a estratégia utilizada para divulgação de informação no presente Relatório, teve como principal pressuposto a apresentação dos dados considerando a taxa média anual AKZ/USD, aplicável ao respectivo período.

Neste sentido, de acordo com a informação pública disponibilizada, as receitas governamentais de Angola, em 2021, totalizaram cerca de 15,22 biliões de AKZ (24 404 milhões USD), correspondente a um aumento de 27% em AKZ ou 18% em USD, comparativamente ao período homólogo. A divergência na variação homóloga, entre as duas moedas, causado pelo efeito cambial, corresponde à desvalorização da moeda angolana face ao dólar americano.

O objectivo principal da ITIE Angola é promover a transparência no sector extractivo e de garantir o envolvimento das instituições públicas, privadas e da sociedade civil na gestão sustentável dos recursos minerais.

O Comité Nacional de Coordenação –ITIE Angola, permite que o país assuma, de forma expressa, a vontade política de reforçar os instrumentos nacionais de boa governação. Estes instrumentos incluem a prestação de contas aos cidadãos para que tenham acesso à informação inerente às receitas que provêm da indústria extractiva.

Em 2018, no relatório do Fundo Monetário Internacional nº 18/157 de Junho de 2018, foi reforçada a ideia de que Angola deveria aderir a esta iniciativa, mediante o seguinte pronunciamento: “Convém a Angola reforçar ainda mais a transparência nas instituições responsáveis pela gestão da riqueza petrolífera. Por exemplo, o país deve considerar a adesão à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE) e cumprir todas as boas práticas recomendadas, inclusive nas áreas de contratos e licenças e na afectação das receitas resultantes da indústria extractiva.”

BOAS PRÁTICAS NO TRATAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

No **Arquivo Corrente**, os documentos possuem valor administrativo, fiscal ou legal e são consultados frequentemente. São os documentos sobre a nossa mesa, no armário ao lado ou na caixa de entrada do seu sistema que compõem um processo em andamento. O acúmulo desta documentação e a exigência de disponibilizá-la em tempo útil aos seus utilizadores, tornam imprescindível uma atitude mais pró-activa por parte dos seus produtores, no sentido de serem criados arquivos que permitem uma eficiente e rápida recuperação da informação.

Procuramos trazer aqui alguns procedimentos básicos e boas-práticas que podem ajudar na gestão da documentação. Cada instituição cria suas rotinas de trabalho de acordo as suas particularidades, mas, de um modo geral, devem ser respeitados os requisitos básicos no tratamento do arquivo corrente, como por exemplo:

- Não separar a documentação recebida da enviada independentemente da sua tipologia documental;
- Constituir sempre processos, em detrimento de uma colecção aleatória de documentos;
- Arquivar os documentos de acordo aos assuntos ou actividades e não pela tipologia documental (ex.: ofício, nota, relatório, parecer, etc.);
- Arquivar tudo o que seja pertinente para o processo (incluindo também e-mails);
- Atribuir a cada documento produzido um título significativo ou especificar o assunto que o documento trata;
- Colocar sempre na lombada das pastas a identificação da Instituição ou o Serviço ou a Actividade bem como as datas dos processos;
- Elaborar um protocolo para comprovar a entrega dos documentos cuja recepção necessite ser assegurada posteriormente;
- Impedir que os técnicos se apoderem dos processos como sendo documentação particular;
- Evitar o uso excessivo de agrafos, cliques, fita-cola, elásticos e micas;
- Introduzir mecanismos pré-estabelecidos para eliminar documentação desnecessária;
- Evitar trazer qualquer tipo de alimento e líquidos e realizar refeições dentro das áreas destinadas ao trabalho ou acondicionamento;
- Não usar saliva no dedo para virar as folhas dos documentos/livros (a saliva provoca acidez no papel);
- Não fazer dobras para marcar páginas pois provocam o rompimento das fibras do papel.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, Rafael; SILVA, Carlos Guardado, Organização de arquivos definitivos: Manual ARQBASE, Lisboa, Colibri, 2006.
- CESSARES, Norma; e MOI, Cláudia, Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas, Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), São Paulo, 2000.
- Fundação Universidade de Brasília, Manual de Gestão de Documentos da Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <h_p://arquivocentral.unb.br/images/documentos/Manuais/Manual_gest_ao_documentos.pdf>.
- Regras de manuseamento de documentos, <https://antt.dglab.gov.pt/wpcontent/uploads/sites/17/2013/10/regra>
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Arquivos administrativos. Manual de formação, Lisboa, SCML, 2009.
- SCHELLENBERG, T, Arquivos modernos: princípios e técnicas, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1973.





Por: Guilherme Baptista
Responsável de Comunicação da ANRM

A rubrica que doravante fará parte desta Newsletter visa, essencialmente, a partilha de algumas expressões idiomáticas muito utilizadas na Língua Portuguesa, em contextos muito próprios e que de certo modo, conferem um tom brejeiro a situações mais sérias.

Trata-se não só de um momento de descompressão e relaxamento, mas também de aprendizagem de algumas expressões idiomáticas e seu uso, permitindo o enriquecimento do nosso léxico.

Muitas são as expressões idiomáticas que enriquecem a língua portuguesa. Conheça melhor o significado de algumas das mais populares.

“Cair o Carmo e a Trindade”

O Carmo e a Trindade eram dois importantes conventos do Bairro Alto lisboeta. O primeiro era carmelita, pertencente à Ordem do Carmo, e o outro trinitário, pertencente à Ordem da Trindade.

Com o terramoto de 1755 em Lisboa, muitos edifícios acabaram por ruir e dois deles foram estes conventos, dando origem à expressão: cair o Carmo e a Trindade. Para grande desgosto dos lisboetas, caíra assim o Carmo e a Trindade.

Nos dias de hoje, a expressão é usada para fazer referência a factos que provocam surpresa ou confusão ou que podem acarretar consequências graves. Também é correntemente usada com uma conotação muitas vezes irónica quando se receiam consequências graves de causas sem importância, por exemplo, «Não te preocupes com isso, não vai cair o Carmo e a Trindade!»

“Ir Pró Maneta”

É uma expressão popular portuguesa muito conhecida. A sua origem remete ao tempo de Napoleão e das invasões francesas a Portugal. Na época, algumas das tropas Francesas eram comandadas por um general que tinha perdido um braço numa caçada : o General Loison.

A crueldade e a forma bárbara como este general maneta torturava e executava os inimigos, especialmente os portugueses, fez com que se criasse uma cultura do medo em torno da sua figura!

Os portugueses... não perderam tempo em lhe arranjar uma alcunha: O General Loison passou a ser apelidado o General Maneta. Esta expressão vem do tempo das invasões francesas que levaram à expulsão dos franceses, nasceram no seio do povo e não das classes dirigentes? São histórias que o livro de Vasco Pulido Valente revela.



Sugestão de leitura

Por: Soberano Kanyanga
Jornalista e Escritor

Inaugurámos esta rubrica com um tema actual e que vale apenas partilhar. O livro sugerido para leitura global ou em resumos (já se podem encontrar extratos e resenhas na internet) é "The Millionaire Next Door" de Thomas J. Stanley e William D. Danko é um livro que explora os hábitos e comportamentos financeiros dos milionários nos Estados Unidos.

Eles descobrem que muitos milionários não vivem ostensivamente, mas sim de forma modesta e disciplinada, economizando e investindo o seu dinheiro ao longo do tempo para gerar mais dinheiro. Ao contrario disso, dizem, os pobres é que mais gastam em objectos/produtos de luxo, procurando mostrar uma "vida desafogada" que não têm. O livro destaca a importância do trabalho árduo, do controle de gastos e do investimento inteligente para alcançar a riqueza a longo prazo. Desafia muitos estereótipos sobre riqueza e fornece insights valiosos sobre como construir e manter uma fortuna. Boa leitura.



"Foi uma formação interactiva e permitiu-nos trocar experiências, uma vez que todos estamos a concorrer para a acreditação dos nossos laboratórios".

Director Nacional de Formação e Conteúdo Local, Domingos Francisco.

Workshop sobre laboratório de apoio ao sector. 03.05.2024

"Ao garantir a qualidade dos serviços e produtos, os mesmos desempenham um papel crucial na construção da confiança dos investidores e na sustentabilidade da indústria".

Secretário de Estado para os Recursos Minerais Jânio Victor

Workshop sobre laboratório de apoio ao sector. 03.05.2024



"Cada jornalista pode ser um activista para não alimentar o garimpo"

André Buta Neto

Seminário de Capacitação para Jornalistas sobre o Sector

Mineiro, 09.05.2024

"Nós estamos aqui para servir de ponte entre os jornalistas e o MIREMPET"

Director do GTICI Luciano Canhanga

Seminário de Capacitação dos Jornalistas Económicos

sobre o Sector Mineiro, 09.05.2024





António Feijó Júnior,

Licenciado em Engenharia Química Industrial/ Petróleos,
MSc. e Doutor em Gestão Estratégica

PARTE 3

O petróleo bruto é uma mistura de compostos orgânicos e inorgânicos, gasosos, líquidos e sólidos, no qual predominam os hidrocarbonetos, sendo a matéria-prima que alimenta as refinarias que através de processos adequados produzem os combustíveis, lubrificantes, óleos básicos, parafinas e matérias primas para a petroquímica. As acumulações de petróleo bruto, ocorrem nos espaços porosos de rochas sedimentares (rochas permeáveis e porosas), especialmente arenitos e carbonatos e, apresenta-se com uma coloração que varia entre verde, marrom e preto, dependendo das características do local onde for extraído. É composto por aproximadamente 90% de hidrocarbonetos, e em pequenas quantidades os denominados contaminantes, tais como os compostos que contém enxofre, oxigênio, dióxido de carbono, nitrogênio e alguns iões metálicos pesados (níquel e vanádio).

O petróleo bruto pode ser classificado de diferentes formas de acordo com a predominância do tipo de hidrocarbonetos presentes na sua composição. Com efeito, de acordo com a rocha geradora (associada a bacia sedimentar onde se acumula), o petróleo bruto pode ser classificado em diferentes categorias, nomeadamente, o petróleo parafínico, petróleo nafténico, petróleo aromático, petróleo asfálticos e os de carácter misto. Contudo, a utilidade do petróleo bruto como fonte energética para uso no sistema de transporte e para a produção de matéria-prima para outras indústrias e de produtos não energéticos, reside na sua transformação em combustíveis e em produtos não energéticos como por exemplo o asfalto, lubrificantes, tintas, plásticos e muitos outros produtos oriundos da indústria petroquímica que utilizamos no nosso quotidiano. Daí advém a importância da refinação do petróleo bruto. A refinação consiste numa combinação de três processos

a saber: processo de separação (destilação atmosférica e destilação a vácuo), processo de conversão (craqueamento) e processo de tratamento, que visam a transformação do petróleo bruto em produtos derivados de grande valor comercial tais como o diesel, gasolina, gás do petróleo liquefeito de petróleo (GPL), querosene, entre outros, utilizados pelos consumidores e pela indústria em geral.

No processo de refinação, é muito comum classificar o petróleo bruto como matéria prima e de acordo com as suas propriedades físicas tais como a densidade do petróleo em termos de grau API, criado pelo American Petroleum Institute (API), do conteúdo de enxofre e de metais pesados, pois na prática determinam o seu valor no mercado. De facto, as diferentes propriedades ou características físicas que o petróleo bruto apresenta, influenciam diretamente os processos de refinação, porquanto os tipos de produtos resultantes do processo de refinação diferem em função do tipo de petróleo. Por esta razão as refinarias geralmente são projectadas para o processamento de certos tipos de petróleo e, de forma a obter o perfil de produção de refinados mais procurados pelo mercado que se propõe abastecer.

Nos dias que correm, o processo de refinação inclui processos ou esquemas de refinação que contribuem para produzir não só o volume necessário à demanda do mercado, mas também a qualidade dos produtos derivados de modo a atender em primeiro lugar as normas vigentes de segurança e de protecção do meio ambiente. A importância dos derivados obtidos através da refinação do petróleo bruto e pelo processamento do gás natural pode ser comprovada pela sua aplicação industrial, residencial e social. Destacam-se aqui, a utilização dos combustíveis como a gasolina, diesel, querosene de aviação e do GNV (gás natural veicular), do GPL (gás de petróleo liquefeito ou gás de cozinha) e do gás natural utilizados em residências. Adicionalmente, outras aplicações importantes que influenciam o nosso estilo de vida moderno, podem ser encontradas nas indústrias de infraestruturas (produtos asfálticos) e na indústria química como matéria-prima para fabricação de tintas, plásticos, embalagens para alimentos e medicamentos, móveis e eletrodomésticos, borrachas sintéticas, cosméticos, fertilizantes, brinquedos, entre outras. Em concreto, a partir do petróleo bruto se obtêm: gás de petróleo residual com 1 a 2 átomos de carbono, usado para aquecimento e para a indústria; gás de petróleo liquefeito (GPL) com 3 a 4 átomos de carbono, usado principalmente para o cozimento dos alimentos; nafta com 5 a 10 átomos de carbono, um produto intermediário que irá se transformar

em gasolina por meio de processos químicos ou servirá de matéria-prima para a indústria petroquímica; gasolina com 5 a 8 carbonos, é utilizada como combustível para motores do ciclo Otto; querosene com 11 a 12 carbonos, é usado principalmente como combustível para turbinas de jatos, além de outras aplicações industriais; óleo diesel com 13 a 18 carbonos, um combustível usado principalmente para mover os transportes rodoviários e aquaviários, em motores do ciclo diesel, além de ser utilizado também em termoelétricas e para aquecimento; óleos lubrificantes com 26 a 38 carbonos, usado principalmente na lubrificação de motores e engrenagens e como matéria-prima para graxas; óleos combustíveis com até 39 carbonos utilizado principalmente como fonte de calor no segmento industrial; resíduos até 80 carbonos, que servem como material inicial para a fabricação de outros produtos. Nesta faixa de compostos mais pesados incluem-se o coque, asfalto, alcatrão, ceras e outros. Contudo, nos dias que correm, a indústria de refinação mundial enfrenta enormes desafios devido às pressões ambientais cada vez mais severas e a introdução de legislação sobre as emissões gasosas, exigências rigorosas nos padrões de qualidade dos combustíveis fósseis, obrigando que novas tecnologias sejam desenvolvidas e implementadas durante o processo de refinação e transformação do petróleo bruto. O petróleo bruto (crude), uma mistura líquida constituída por diversos hidrocarbonetos pode ocorrer de forma natural ou fóssil a determinada profundidade no subsolo em condições bem específicas de temperatura e pressão. É considerado uma fonte não renovável porque a velocidade em que ocorre o seu processo de formação é muito menor que taxa de extração.

O crude é uma matéria-prima energética e química incomparável e, é um líquido facilmente armazenável, transportável e destilável do qual podem ser extraídos inúmeros produtos úteis, energéticos e não energéticos.

Porém, tal como o petróleo é extraído à superfície, têm pouca utilidade prática se não for transformado em produtos valiosos como a gasolina, diesel, querosene, querosene de aviação, propano, asfalto, óleo de aquecimento, lubrificantes e insumos petroquímicos. Por esta razão, o processo de refinação é crítico para a cadeia de valor da indústria do petróleo. Em suma, o valor e importância do crude (petróleo bruto), reside nos seus produtos derivados e utilizáveis obtidos a partir da refinação de petróleo. A refinação do petróleo começa com a destilação, ou fracionamento do petróleo bruto em grupos distintos grupos de hidrocarbonetos, directamente relacionados com as características do petróleo bruto

processado. A maioria dos produtos resultantes do processo de destilação é posteriormente convertida em produtos derivados valiosos e utilizáveis, por meio dos processos de craqueamento, reforma e outros processos de conversão, que permitem modificar o tamanho e a estrutura das moléculas de hidrocarbonetos. Portanto, é fácil perceber-se que para uma refinaria, o valor do petróleo bruto nada mais é do que o valor de seus produtos derivados. Em concreto, o objectivo da refinação é, maximizar o seu lucro através da aquisição do petróleo bruto mais adequado com especificações adequadas a uma determinada configuração de refinaria e ao volume de cada produto refinado que pretende comercializar no mercado. Para o efeito, as refinarias ao adquirirem o petróleo bruto no mercado, geralmente simulam o volume de cada produto refinado que poderá ser extraído por cada barril de petróleo bruto processado, com o objectivo de calcular o rendimento esperado por barril de crude. O rendimento esperado, é geralmente obtido a partir de informações fornecidas pela análise do petróleo bruto em laboratório, no qual podem ser calculados os volumes de cada um dos derivados do petróleo que pode obtido através do processamento nas instalações de refinação. Por outro lado, tal como já referimos, as características dos petróleos são diferentes e a sua refinação produz igualmente resultados diferentes em termos do tipo e volume de cada produto refinado extraído por cada barril processado, chamado na indústria por índice de rendimento ou de repartição.

Na prática, um laboratório de avaliação de petróleos determina a chamada Curva de Ponto de Ebulição Verdadeiro (PEV) por meio de uma análise físico-química do petróleo feita por métodos de destilação estabelecidos pela American Society for Testing and Materials (ASTM) - D2892 e D5236, permitindo a caracterização de frações com pontos de ebulição de até 560°C. Assim, são estimados os rendimentos de diversos produtos derivados de petróleo em função dos seus pontos de ebulição verdadeiros. Este tipo de laboratório dispõe de um completo sistema de destilação de petróleo totalmente automatizado, para a determinação da Curva PEV com inteira confiabilidade.

Como é fácil de perceber, as refinarias são fábricas que actuam simultaneamente em dois mercados influenciados de forma diferente pelos factores de mercado intrínseco a compra do petróleo bruto e o mercado de venda de produtos acabados (gasolina, gasóleo, querosene, combustível de aviação, óleo combustível e outros.

Na realidade, os preços dos produtos acabados, embora incorporem a componente do custo da matéria-prima, não são directamente proporcionais ao preço de compra do petróleo bruto, devido a factores de mercado distintos observados na comercialização do crude e na venda dos derivados do petróleo.

Em concreto, o preço de compra da matéria prima (crude) poderá aumentar (ciclo de preços altos) e os preços dos produtos acabados se manter estático ou mesmo declinar em função dos factores de mercado tais como a oferta e a procura, rentabilidade económica (Valor Actual Líquido, Taxa Interna de Rentabilidade e outros indicadores económicos), regulações ambientais que influenciam de forma diferente o mercado da comercialização do petróleo bruto e o mercado de comercialização dos produtos acabados. Com efeito, os preços dos produtos refinados são determinados em função da combinação entre oferta e procura por produtos refinados e a oferta e procura por petróleo bruto. Por exemplo, o preço da gasolina ou do gasóleo poderá ser alto devido ao preço alto do petróleo bruto, contudo a margem de refinação e a lucratividade da refinação poderá ser pequena, caso a procura por produtos refinados for baixa.

Dito de outro modo, o mercado de crude poderá apresentar uma procura elevada, impulsionando preços altos de petróleo bruto e em sentido contrário a demanda por produtos derivados ser baixa, influenciando a redução dos preços dos produtos derivados. O cenário mundial é altamente dependente dos produtos energéticos e não energéticos derivados do petróleo que influenciam o funcionamento das sociedades, impactando em suas economias, meio ambiente e bem-estar. Na verdade, a actividade de refinação continua a ser essencial para a garantia das necessidades energéticas de muitos países.

Deste modo, a indústria de refinação continua a ter uma importância estratégica para qualquer nação devido a demanda significativa por derivados do petróleo e o seu impacto na melhoria dos padrões de vida das populações. Hoje em dia, as refinarias integradas incorporam operações de fracionamento, conversão, tratamento e mistura e também podem incluir processamento petroquímico.

No contexto de Angola, a importância de garantir as necessidades energéticas sempre foi notória e está reflectida na evolução histórica do mercado de derivados que importa, de forma breve, descrever: com efeito, entre 1972-1973, a Refinaria de Luanda foi substancialmente ampliada para processar 1,5 milhões toneladas por ano (300.000 barris por dia).

A Refinaria de Luanda é uma refinaria convencional do tipo "Hidroskimming", teve a sua actividade essencialmente vocacionada para a produção gás de petróleo liquefeito (GPL), gasolina, jet fuel e gasóleo para o mercado interno angolano. Em 1975 operavam no sector do upstream três companhias, designadamente a Cabinda Gulf Oil (CABGOC), a Texaco e a Petrangol, que na altura detinham o oligopólio do sector petrolífero.

Até 1976 a venda de produtos derivados do petróleo no país cabia às subsidiárias Shell, Texaco, Mobil e Petrofina, bem como à Angol, subsidiária da companhia portuguesa Sacor. Os produtos petrolíferos provinham, por um lado, na sua maioria da Refinaria de Luanda, e por outro, de importações directas que chegavam aos terminais marítimos.

A Shell e a Mobil operavam igualmente nas instalações de formulação de óleos lubrificantes em Luanda, importando óleos básicos e aditivos.

Com o objectivo corrigir a distorção de consumo e garantir o nivelamento e estabilização da estrutura de preços dos combustíveis, foi aprovado o Decreto n.º 70/73, de 6 de Março, do Ministério do Ultramar, que criou o Fundo de Compensação de Combustíveis de Angola e o Fundo de Compensação de Combustíveis de Moçambique.

Com a independência, foram criadas várias Comissões de Emergência, sendo de destacar a Comissão Nacional de Reestruturação da Indústria de Petróleos, criada pelo Decreto n.º 23/76, de 29 de Maio, do Ministério do Planeamento e Coordenação Económico. Um ano após a independência, o governo angolano implementou uma nova dinâmica no sector, criando a Sociedade Nacional de Combustível de Angola – Sonangol – (empresa estatal), aprovando o seu estatuto provisório e nomeando a respectiva direcção. O fundamento para a criação da empresa estatal foi, desde o início, o de garantir o fornecimento de combustível no território angolano a custos sustentáveis (mesmo nas regiões onde a distribuição representava níveis reduzidos de lucratividade ou mesmo prejuízo), sem prejuízo dos investimentos em tecnologia, formação e qualificação de recursos humanos, diversificação, verticalização e do nível de integração da empresa. Actualmente, observa-se no sector dos derivados em Angola um esforço no sentido de num futuro breve o País garantir a autossuficiência de produtos refinados. Para o efeito, destacam-se os investimentos feitos na refinaria de Luanda para o aumento da sua capacidade de produção de gasolina e o início dos projectos de construção de novas refinarias, com um olhar futuro para o desenvolvimento de Polos Petroquímicos.

A refinaria de Luanda, do tipo hydroskimming incompleto, é hoje propriedade da empresa nacional, a Sonangol e possui uma capacidade de processamento nominal de 65.000 barris por dia. A produção de produtos refinados ronda 531.752 toneladas métricas por trimestre, sendo os principais produtos petrolíferos o Gasóleo, Gasolina, Fuel Oil e Ordoil e Jet A1.

Com efeito, observa-se em Angola, o surgimento de novas refinarias no País que poderá revolucionar a indústria petroquímica de primeira e segunda geração, valorizar o petróleo angolano face a eventuais dificuldades de disponibilidade de produtos derivados, ajudará a criar mais postos de trabalho, permitirá ao governo equilibrar o preço dos combustíveis, e declarar a independência da importação de combustíveis que tem custado milhões aos cofres do Estado. Angola poderia assim tornar-se num potencial vendedor de derivados de petróleo aos Países vizinhos.





Por: Carmo Canguary
Técnico de Comunicação Institucional

Lisboa, 11 de Maio de 2024 - A refinaria de petróleo de Sines é a única operacional em Portugal e tem um impacto significativo na economia, afectando diversos sectores e contribuindo para vários aspectos do desenvolvimento económico do país.

Alguns dos principais pontos sobre este impacto:

Emprego: a refinaria de petróleo emprega uma quantidade significativa de trabalhadores, tanto directamente nas instalações da refinaria quanto indirectamente em sectores relacionados, como transporte, logística e serviços. Esses empregos contribuem para a estabilidade económica da região onde a refinaria está localizada e para o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias.

Receitas fiscais: gera receitas fiscais para o governo português por meio de impostos sobre a produção e venda de produtos petrolíferos refinados. Essas receitas são uma fonte importante de financiamento para o governo e podem ser usadas para financiar serviços públicos, programas sociais e investimentos em infraestrutura.

Balança comercial: a produção de produtos petrolíferos refinados pela refinaria portuguesa reduz a dependência do país de importações de combustíveis fósseis. Isso pode ter um impacto positivo na balança comercial de Portugal, ajudando a equilibrar as importações e exportações e reduzindo a necessidade de gastos com importações de energia.

Segurança energética: ter refinarias de petróleo no país ajuda a garantir a segurança energética de Portugal, reduzindo a dependência de importações de produtos petrolíferos refinados. Isso é especialmente importante em tempos de instabilidade geopolítica ou interrupções no fornecimento global de petróleo.

Desenvolvimento industrial: as refinarias de petróleo também podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento industrial de Portugal, fornecendo matérias-primas e produtos intermediários para outras indústrias, como produtos químicos, plásticos e materiais de construção. Isso pode estimular o crescimento económico e a criação de empregos em sectores relacionados.

No entanto, é importante ressaltar que a refinaria de petróleo também enfrenta desafios, incluindo pressões ambientais devido às emissões de gases de efeito estufa e a transição global para fontes de energia mais limpas e renováveis. Como resultado, esta refinaria pode precisar adaptar-se e diversificar suas operações para permanecer relevante no futuro.

A refinaria de Sines, localizada em Sines, no distrito de Setúbal é a única e a maior refinaria de petróleo de Portugal. Pertencente à Galp Energia, uma das principais empresas de energia do país, entrou em funcionamento em 1978, possui uma capacidade de refinação de cerca de 220 mil barris por dia, o que a torna uma das maiores refinarias da Península Ibérica.

Produz Gasolina, Gasóleo, GPL (gás de petróleo liquefeito), Fuelóleo, Nafta (usada pela indústria petroquímica para fazer polímeros de onde são feitos os plásticos, as fibras para os tecidos e até a pastilha elástica), Jet fuel (combustível para aviões), Betume (para asfaltos e isolante), segundo dados da empresa Galp, disponíveis na sua página oficial.

A segunda refinaria do Porto, no Conselho de Matosinhos, foi encerrada em 2021, pela empresa Galp, como parte de uma reestruturação para se concentrar em áreas de negócios mais lucrativos.

É importante observar que, devido a factores como procura de mercado, condições económicas e regulamentações ambientais, a capacidade de refinação da refinaria pode variar ao longo do tempo. Além disso, a refinaria também pode passar por processos de modernização e expansão para aumentar sua capacidade de produção e eficiência operacional.



O Rosto da Casa :KIMBA BAPTISTA

“A GUERRA DEU-ME OPORTUNIDADES2

Domingos Kimba Dala Baptista é o actual Director-Geral da Geoangol. “Não foi de todo uma surpresa o facto de eu ter sido indicado para o cargo”, diz o engenheiro de minas que, desde Março do corrente ano, lidera a empresa de direito angolano de prestação de serviços em sondagem geológica, análises laboratoriais em amostras de rochas, solos águas e ambientais.

Kimba Baptista, tal como é referenciado nos meios que frequenta, baseia a sua gestão num plano estratégico de negócios que visa desenvolver diferentes áreas das geociências.

“É necessário que a empresa seja potencializada”, diz o Director-Geral para quem a Geoangol tem que se adaptar ao momento actual que conta com a presença de companhias cotadas em bolsa de valores e com representação no mercado global como são os casos da De Beers, AngloAmerican e Rio Tinto. “Este conjunto de empresas, em termos de padrões e especificações técnicas, é muito exigente. Temos que nos adaptar à realidade influenciada por estas empresas, se quisermos nos afirmar no mercado global” defende o líder.

Kimba Baptista tem consciência de que Angola tem uma geologia “abençoada” e que ainda é possível fazerem-se descobertas extraordinárias no seu território.

Recorda que há registos de que o ouro era explorado artesanalmente e que nos anos mais recentes passou a escala Industrial e que a Geoangol é a primeira instituição a fundar uma refinaria para os metais preciosos.

Focando-se no momento actual, o engenheiro realça que o preço do ouro no mercado internacional é atractivo “e obriga-nos a fazer investimentos em termos de prospecção, para criarmos alternativas ao petróleo e aos diamantes”.

Antes da sua indicação para o posto mais alto da empresa, Kimba Baptista vinha exercendo o cargo de Director Geral Adjunto para área técnica, o que lhe permitiu ter um largo domínio do funcionamento da empresa.

Este técnico do sector tem o Curriculum Vitae ligado à criação da Geoangol, em 2014. “Fui eu quem dimensionou e equipou os Laboratórios da empresa Geoangol, enquanto técnico Sénior da extinta Ferrangol, a empresa que teve um papel fundamental na constituição da Geoangol”.

Em 2009, Kimba Baptista entrou na antiga Ferrangol E.P. Pouco depois, a empresa juntou-se a um consórcio internacional para operar na concessão de Cassinga. “Em 2011”, conta-nos o director, “fui enviado para o Projecto Cassinga como responsável técnico. Lá fiquei até 2014. O projecto não foi por aí além porque o preço do ferro tinha baixado no mercado internacional”.

O seu percurso profissional deve-se a uma escolha pessoal. À semelhança de outros estudantes de engenharia de minas, em 2008,



Kimba podia ter optado para ir para o sector dos petróleos, pois era mais promissor, uma vez comparado ao dos recursos minerais. Relativamente ao regime de rotação, oferta salarial na indústria petrolífera, os trabalhadores faziam 28 dias nas operações e 28 nos respectivos locais de residência. Os trabalhadores de campo dos recursos minerais ficavam três meses em ambiente de campo e 15 dias em casa.

Na altura, o ensino de engenharia de petróleo era uma espécie de pós-graduação dada aos engenheiros de minas. “um curso intensivo (PEP) financiado pelas empresas petrolíferas em que que frequentei o primeiro ano (preparatório)”, recorda o engenheiro de minas.

Entretanto, Kimba aceitou o desafio de optar pelo sector mineiro, ao aceitar um convite de um Ex professor seu para desenvolver um tema para sua tese de licenciatura de intrece da empresa Ferrango, E.P.

Os longos anos de guerra por que passou Angola marcaram a vida de Kimba Baptista. Tinha apenas 8 anos de idade quando a família refugiou-se em Luanda, escapando-se da violência do conflito armado na Kibala, sua terra natal.

Ele recorda-se que os camiões que transportavam as pessoas faziam uma paragem obrigatória na ponte sobre o rio Cuanza. Outro momento do conflito armado que determinou a sua formação aconteceu em 1992.

O jovem foi obrigado a ir para Luanda depois de ter começado a estudar agronomia no Instituto Médio Agrari do Huambo.

E assim viu quartado o sonho de se formar em agronomia e dar à vocação campesina da família uma dimensão científica. Em Luanda, não havia ensino de agronomia. “Os estudantes provenientes das zonas de conflito armado tinham prioridade em entrar para os institutos”, recorda-se. E então concluiu o curso médio de química industrial, em 1997, no antigo instituto Makarenko.

Kimba é licenciado em Engenharia de Minas pela Universidade Agostinho Neto, depois de ter estudado o Ciclo Basico no Curso de Química na Faculdade de Ciências da mesma universidade. Em 2019, Kimba Baptista foi frequentar o Curso de mestrado em Engenharia de Minas, na Faculdade de Engenharia da da Universidade do Porto. No ano seguinte, quando o mundo registou a pandemia da Covid 19, sofreu os efeitos da separação física dos seus entes queridos. Vivenciou momentos difíceis longe dos seus.

Do ponto de vista de formação técnica Profissional, o director-geral da Geoangol teve um estágio Curricular na Tanzânia, no Centro de Estudos Tecnológicos da Africa Austral e Oriental (CEAMIC), em 2009.. Em 2011, fez outra formação técnica na MINTEK Africa do Sul. Domingos Kimba Dala Baptista aprendeu a comunicar na língua inglesa em Angola, em centros de ensino privados. Aperfeicçou os conhecimentos ao longo das formações técnicas, no estrangeiro.

Esta bem até aqui, o resto é de âmbito pessoal. Aquele abraço!



ANIVERSARIANTES DO MÊS DE MAIO FELIZ ANIVERSÁRIO

ESPERANÇA CUNHA



GJ
02/05

DIAME LENDE



DNSEA
03/05

GONÇALO DOMINGOS



GRH
04/05

DAVID LUÍS



SG
05/05

ALBERTINA DOMINGOS



PK
09/05

ESTANISLAU BUIO



PK
09/05

MATEUS ANTÓNIO



SG
11/05

MPEVO NDOMBELE



DNP
13/05

MANKENDA AMBROISE



GM
16/05

ISABEL MENEZES



GSEP
17/05

ALCIDES SANTOS



GSEP
17/05

PAULO PEREIRA



DNSEA
17/05

ANSELMA CAZEQUENE



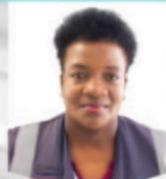
GSERM
17/05

ROSA MONIZ



RH
18/05

MARIA RITA



GS
18/05

DIOGO DA SILVA



SG
18/05

FRANCISCO MAGALHÃES



GABINT
21/05

JOÃO GIME



SG
22/05

VICTORIA VEMBA



RH
23/05

ALBERTINA NDOCHI



GM
23/05

SUCSESSO PEDRO



SG
25/05

LUCIANO CANHANGA



GTICI
25/05

SEBASTIÃO DIAS



SG
25/05

ADILSON SOARES



DNP
28/05

HUGO CRISTOVÃO



GJ
29/05

ANTONIO MUEHEMBO



SG
30/05

JOAQUIM ANTÓNIO



DNFCL
30/05

JOSEFINA KONDUA



GSEP
31/05

IVALKÍDIA SALVADOR



GSEP
31/05

AGENDA

20-22.5.2024 – Campeonato de Soldadura, INP

23 a 24.05.24 - IX Reunião do Conselho Consultivo do MIREMPET, na cidade do Cuito, Bié

19 e 20.9.2024 - Conferência Internacional de Diamantes de Angola (AIDC), Lunda Sul

02 e 03.10.2024 - 5ª edição da Conferência e Exposição Angola Oil & Gas

FICHA TÉCNICA

Director: Luciano Canhanga

Supervisora: Catarina Travessa

Coordenadora: Cristina Cunha

Redacção: Belarmino Gomes, Nelson Muanha, Queirós Silva, Carmo Canguary, Feliciano Luzayamo; Emídio Cachitono; Alexandre Sousa

Colaboração: António Feijó, António Oliveira e Elizabeth Jai

Paginação: Organizações Hotchali

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS

O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, abreviadamente designado por "MIREMPET" é o Departamento Ministerial auxiliar do Titular do Poder Executivo, responsável pela formulação, condução, execução, controlo e acompanhamento da política do Executivo relativo às actividades geológicas e minerais, de petróleo, gás e biocombustíveis, nomeadamente, a prospecção, exploração, desenvolvimento e produção de minerais, petróleo bruto e gás, refinação, petroquímica, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos minerais e petrolífero, bem como a produção e comercialização de biocombustíveis, sem prejuízo da protecção do ambiente.

DIRECÇÃO SUPERIOR

Ministro – Diamantino Pedro Azevedo
Secretário de Estado para os Recursos Minerais – Jânio da Rosa Corrêa Victor
Secretário de Estado para o Petróleo e Gás – José Alexandre Barroso

SERVIÇO DE APOIO INSTRUMENTAL

Director do Gabinete do Ministro - Euclides de Oliveira
Directora Adjunta do Gabinete do Ministro - Lídia Lopes
Director do Gabinete do Secretário de Estado para os Recursos Minerais - Omar Garnacho
Directora do Gabinete do Secretário de Estado para Petróleo e Gás - Adérta Oliveira

SERVIÇOS EXECUTIVOS DIRECTOS

Director Nacional de Recursos Minerais - Paulo Niva Tanganha
Director Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Alcides Santos

Director Nacional de Formação e Conteúdo Local - Domingos Francisco

Director Nacional de Segurança Industrial, Emergências e Ambiente - Manuel Júnior

SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO

Secretário Geral - Américo da Costa
Director do Gabinete de Recursos Humanos - Paula Fernandes
Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística - Alexandre Joaquim Garrett
Director do Gabinete de Supervisão - Jacinto Cortez
Director do Gabinete de Intercâmbio - Luís Baptista António
Director do Gabinete Jurídico - Eunice Ferraz
Director do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional - Luciano António Canhanga

ÓRGÃOS SUPERINTENDIDOS

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Paulino Jerónimo
Agência Nacional dos Recursos Minerais - Jacinto Ferreira dos Santos Rocha
Sonangol - Sebastião Pai Querido Gaspar Martins
Endiama - José Manuel Augusto Ganga Júnior
SODIAM - Eugénio Bravo da Rosa
Instituto Geológico de Angola - José Manuel
Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo - Luís Fernandes
Instituto Nacional de Petróleo - Alegria Joaquim
Comissão Nacional do Processo Kimberley - Estanislau Buio